



**Câmara Municipal de Ipameri  
Estado de Goiás  
Poder Legislativo**

**CONTRATO Nº 012/2017**

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA INSTITUCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPAMERI, NO JORNAL E+NOTÍCIAS, CONFORME CREDENCIAMENTO Nº 001/2017.

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE IPAMERI**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Dr. Gomes da Frota, n.º 12, Centro, Ipameri - Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.827.103/0001-77, neste ato representado por seu Presidente Sra. **JÂNIO PACHECO**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 198.360.741-04, residente e domiciliado a Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 105, centro Ipameri – Goiás, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** do outro lado, ERIC ROBERTO PESSOA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.699.369/0001-98, com sede à Avenida E, SN, Quadra OSR, Lote 14-A, CEP: 75.690-000, Estância Itanhaga II, Caldas Novas - GO, neste ato representado pelo Sr. **ERIC ROBERTO PESSOA**, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Av. E, Qd. OSR, Lt. 14-A, Setor Itanhagá II, portador do CPF nº 058.349.266-57 e RG nº 5350130 SPTC-GO, doravante aqui denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista a contratação, considerando o disposto na lei n.º 8.666, de 21.06.93, e a homologação do Credenciamento nº 001/2017, Processo Administrativo nº 0006, têm entre si justo e acordado o seguinte:

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** – O presente credenciamento é regido pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como de acordo com o número 2) da Resolução nº 00011/2017, do TCM/GO e decorre da Portaria ou Ato de Inexigibilidade de licitação nº 0028/2017, baixado nos termos do Edital de Chamamento Público nº. 001/2017, para credenciamento de empresas prestadoras de serviços na área



**Câmara Municipal de Ipameri  
Estado de Goiás  
Poder Legislativo**

publicidade, para a prestação de serviços de divulgação das atividades da Câmara Municipal de Ipameri, publicado em 06 de março de 2017.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO**

Constitui objeto deste contrato à prestação do serviço de veiculação de publicidade institucional da **CONTRATANTE**, junto a **CONTRATADA** em campanhas, divulgação da prestação de contas publicas serviços de difusão de informações, avisos, comunicados e convites de interesse da população.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1.** Na execução dos serviços discriminados na cláusula primeira, serão obedecidos rigorosamente as normas estabelecidas neste instrumento e no Edital de **Credenciamento nº 001/2017**, bem como as regras legais dos serviços profissionais contratados.

**2.2.** O Município fará as solicitações mediante de requisição de procedimento, devendo o Credenciado fazer as cobranças dos serviços mediante nota fatura acompanhadas das respectivas requisições de serviço.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

**3.1.** Pelo objeto do presente instrumento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor, a critério da **CONTRATANTE**:

- 01 (uma) página – R\$ 1.800,00; Cor: preto e branco
- 1/2 (meia) página - R\$ 1.000,00; Cor: preto e branco
- 1/4 (um quarto) - R\$ 700,00; Cor: preto e branco
- Capa em destaque - R\$ 2.000,00 (cores)

**3.2.** Pelo objeto do presente instrumento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor máximo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pelo total de publicações realizadas no mês, conforme cláusulas e condições estabelecidas no edital.

**3.3.** A despesa estimada do contrato será de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).



**Câmara Municipal de Ipameri  
Estado de Goiás  
Poder Legislativo**

**3.4.** A apresentação da nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das respectivas autorizações de procedimentos emitidas pelo Credenciante.

**3.4.1.** É vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros (associação de servidores, p. ex) da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados.

**3.4.2.** Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

**3.5.** O Faturamento será realizado mensalmente, devendo as faturas serem encerradas até o dia 30 (trinta) de cada mês e repassadas ao setor competente do Credenciante até o dia 05 (cinco) de cada mês, sob pena de serem consideradas como mês seguinte.

**3.6** Os pagamentos acontecerão em até 20 (vinte) dias contados da apresentação das faturas ao setor competente do Credenciante, a após o atendimento dos seguintes requisitos:

a) Veiculação das propagandas institucionais enviadas pela Diretoria de Marketing e Divulgação, para as empresas de radiodifusão;

b) para as empresas de editorial jornalístico, a comprovação deverá ser feita através da apresentação de 01 exemplar.

c) Atesto da Nota Fiscal pela Diretoria Geral, da conformidade do objeto licitado com o discriminado na respectiva Nota Fiscal.

**3.7** O pagamento será feito via ordem bancária, creditado na instituição bancária eleita pelo contratado (a), que deverá indicar o número de conta e banco no setor de cadastro da Credenciante;

**3.8.** Sobre o valor do crédito previsto a ser pago, será observado o que estabelecem as legislações vigentes quanto aos procedimentos de recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários;

**3.9.** Nos casos em que os contratados (as) realizem o recolhimento de encargos referentes à contribuição previdenciária em outra instituição devem apresentar, no ato das liquidações, declaração informando o nome da instituição que



**Câmara Municipal de Ipameri  
Estado de Goiás  
Poder Legislativo**

realiza a retenção do encargo e a porcentagem retida, acompanhada da documentação comprobatória;

**3.10.** Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte do contratado (a) e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado;

**CLÁUSULA QUARTA – DO PERÍODO DE VIGÊNCIA**

**4.1.** O período de vigência do presente contrato se dará por 10 (dez) meses, a contar de 15 de junho de 2017, data e sua assinatura até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado caso haja interesse entre as partes, na forma do art. 57 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas em decorrência do objeto deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

| Unidade | Funcional               | F. dos Recursos | Origem    | CD./ Descrição                                       |
|---------|-------------------------|-----------------|-----------|--|
| 1101    | 0052.2001.100.2017.0605 | 100             | Ordinário | 339039 – Outros serviços terceiros pessoas jurídicas |

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

**6.1** - Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor especialmente designado, informando ao contratado (a) as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

**6.2** - Efetuar pagamento ao contratado (a) de acordo com as condições de preço, prazos estabelecidos e serviços prestados;

**6.3** - Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos interessados no credenciamento;

**6.4** - Analisar e auditar as contas apresentadas (faturamento);

**6.5** - O Credenciante reserva-se ao direito de realizar estas auditorias, prévia ou posteriormente, ao pagamento e glosar a fatura apresentada ou descontar nos



**Câmara Municipal de Ipameri  
Estado de Goiás  
Poder Legislativo**

futuros pagamentos todos os valores que estiverem em desacordo com o ora pactuado, efetuando glosas administrativas e/ou técnicas.

**6.6.** Entregar o material a ser veiculado com antecedência mínima de 01 (um) dia útil anterior a veiculação.

**6.7.** A fiscalização do contrato será realizada pela Diretoria de comunicação, que anotarás em livro próprio as falhas observadas e providências tomadas para seu saneamento ou ainda a recusa da **CONTRATADA** em saná-las.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS**

**7.1.** - Cumprir prontamente, por ocasião da realização dos serviços, os procedimentos e orientações técnico-operacionais constantes das tabelas de serviços acordadas entre as partes;

**7.2** – Aceitar a fiscalização do Credenciante, que poderá ser realizada por intermédio de seus contratados ou de outros servidores qualificados e indicados;

**7.3** - Não delegar ou transferir a execução do contrato a terceiros (subcontratação), sem prévia anuência do Contratante;

**7.4** - Manter, enquanto durar o ajuste, todas as condições que ensejaram o credenciamento, particularmente no que se refere à atualização de documentos e certidões.

**7.5** - Atualizar, perante o Credenciante, as alterações promovidas no ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa, bem como a licença de funcionamento e termo de responsabilidade técnica vigente, mediante a apresentação de cópia autenticada;

**7.6** - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste termo serão de exclusiva responsabilidade da contratada;

**7.7** - Manter com as certidões de regularidade fiscal relativa aos débitos para com a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal e, em caso de pessoa jurídica, FGTS e INSS, CNDT, inclusive.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**



**Câmara Municipal de Ipameri  
Estado de Goiás  
Poder Legislativo**

8.1. O Credenciado que não cumprir com as obrigações, ficará sujeito às penalidades, previstas nos artigos 86 e 87 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

8.2. Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto desta Licitação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas as seguintes cominações, cumulativamente ou não:

a) Advertência;

b) Multa de 10%(dez por cento) do valor da obrigação, nos casos de se negarem a cumprir com as obrigações assumidas expressa ou tacitamente, valor este atualizado até a data da sua liquidação através do mesmo índice de correção monetária utilizado para os serviços públicos municipais;

c) Cancelamento do credenciamento junto ao Credenciante o tornará impedido durante 02 (dois) anos de participar de novos chamamentos ou a sua contratação pelo poder público.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE**, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

8.2. As sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, observando-se a gravidade da infração, facultada o contraditório e a ampla defesa;

8.3 - A responsabilidade de se aplicar as sanções previstas neste edital é do coordenador, diretor ou responsável pelo setor onde o Credenciado presta serviço.

**CLÁUSULA NONA – PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

9.1. O material a ser veiculado deverá ser enviado com antecedência mínima de 01 (um) dia útil anterior à veiculação, não estando obrigada a Credenciante a realizar todas as veiculações estimadas.



**Câmara Municipal de Ipameri  
Estado de Goiás  
Poder Legislativo**

**9.2.** Os spots deverão ser veiculados durante a programação da emissora de rádio, conforme solicitado nos Pedidos de Inserções, tudo a cargo da Diretoria de Marketing e Divulgação.

**9.3.** A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a comprovação de veiculação, conforme estabelecido na PI.

**9.4.** Para as empresas editoriais de jornal, os textos serão encaminhados pela Diretoria de Marketing e Divulgação, com a publicidade legal.

**9.4.1.** A publicidade dos serviços de veiculação tem como objetivo publicar editais, atas, ações, programas, balanços, demonstrações financeiras, notas de esclarecimentos, avisos, pregões, leilões, licitações, comunicados e outros formatos que venham a ser contemplados e determinados por lei. As publicações serão realizadas em qualquer dia da semana, conforme prévia determinação, com o objetivo de dar ampla divulgação aos atos governamentais, respeitando os princípios da economicidade, legalidade, moralidade, probidade administrativa, publicidade, vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e celeridade.

**CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO**

**10.1.** Constitui motivo para rescisão do presente contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Art. 78, da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, desde que cabível à presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas por esta lei, consoante o que estabelece o seu Art. 58.

**10.2.** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo ainda assegurado os direitos elencados nos incisos do parágrafo segundo, do art. 79, no que couber.

**10.3.** As formas de rescisão contratual são as prescritas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

**10.4.** O **CONTRATADO** que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste Edital, ensejará, dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito a **ampla defesa** e **contraditório**, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e **descredenciamento**,



**Câmara Municipal de Ipameri  
Estado de Goiás  
Poder Legislativo**

sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais **sanções** administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis *in casu*.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO**

**11.1** - O Credenciante poderá realizar o descredenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e descumprimento das normas fixadas no edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa, e ainda:

**11.1.1** – Por mútuo consentimento e mediante manifestação da parte interessada e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

**11.1.2** - Caso o contratado transfira, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste instrumento sem prévia anuência do Credenciante;

**11.1.3** - Se o contratado deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações de seu contrato;

**11.1.4** - Desatender às determinações do Credenciante, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;

**11.1.5** - Cometer, reiteradamente, faltas na execução do contrato;

**11.1.6** - No caso de pessoa jurídica, for objeto de incorporação, fusão ou cisão que prejudique a execução do contrato;

**11.1.7** - Em caso de situações em que torne impossível a sua continuidade, tais como a insuficiência de recursos financeiros e/ou fim do convênio com o órgão responsável pelo repasse da verba, será comunicado previamente pelo **CRENCIANTE**, mediante aviso ao **CRENCIADO**;

**11.1.8** - Aplicam-se ainda os motivos de rescisão previstos nos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

**11.2** - Será cancelado o credenciamento a pedido do interessado, quando comprovar que cumprir as exigências contratuais, em decorrência de caso fortuito ou de força maior;

**11.3.** O Credenciamento poderá ser suspenso por interesse da Administração, quando devidamente justificado.



**Câmara Municipal de Ipameri  
Estado de Goiás  
Poder Legislativo**

---

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

**12.1.** Integram o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o edital de credenciamento nº 001/2017, com seus anexos, e a proposta da **CONTRATADA** adjudicada pelo **CONTRATANTE**.

**12.2 - O (a) CONTRATADO (A)** obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

**13.1.** Qualquer alteração deste Contrato só poderá ser efetuada mediante Termo Aditivo. O (A) **CONTRATADO (A)** fica obrigado (a) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários na prestação de serviços, objeto deste contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em observância ao art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. As supressões acima deste percentual poderão ocorrer mediante acordo entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1.** Aplicar-se-á a Lei n.º. 8.666/93, com suas posteriores modificações, aos casos omissos do presente Contrato.

**14.2.** O(A) **CONTRATADO (A)** se obriga a apresentar, a qualquer tempo, documentos julgados necessários pela **CONTRATANTE**, referente à sua vida profissional, financeira e civil;

**14.3.** Em casos de dúvidas de como proceder, o(a) **CONTRATADO (A)** deverá sempre recorrer a **CONTRATANTE** a fim de conseguir instruções;

**14.4.** É vedado ao **CONTRATADO (A)** cobrar dos pacientes qualquer importância a título de honorários ou serviços prestados concernentes aos procedimentos;

**14.5.** Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 8.666/93, nos princípios do Direito Público e subsidiariamente em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas;



**Câmara Municipal de Ipameri  
Estado de Goiás  
Poder Legislativo**

**14.6.** A fiscalização ou acompanhamento de execução do contrato pela **CONTRATANTE** não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) **CONTRATADO (A)**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

Para dirimir qualquer dúvida e declarar direitos, que se fizerem necessários no decorrer, da execução do presente ajuste, fica eleito o Foro da Comarca de Ipameri, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem bastante e por acharem justos e mutuamente acordados, as partes acima qualificadas, firma o presente em 03 (três) vias de igual teor e conteúdo, para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e qualificadas como abaixo se vê:

**GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPAMERI,  
Estado de Goiás, aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto de 2017.**

  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IPAMERI  
JÂNIO PACHECO  
Presidente - Contratante**

  
**ERIC ROBERTO PESSOA - ME  
Contratada  
CNPJ nº 10.699.369/0001-98**

**Testemunhas:**

Nome: Fabiana R.O. Almeida - Nome: Valdirene Aparecida de Aze  
CPF: 772.736.991-87 CPF: 491.766.501-97

